



Ficha de Unidade Curricular
CURSO DE MESTRADO EM DIREITO E PRÁTICA JURÍDICA

Ano letivo: 2023/2024, 1.º Semestre

Unidade curricular

Direito da Arbitragem e da Mediação I – turno da noite.

Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular

Tiago Soares da Fonseca

1 aula semanal de 2 horas (num total, previsto, de 13 aulas)

Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular

Não aplicável.

Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes)

Domínio teórico-prático de conhecimentos especializados dos meios extrajudiciais de resolução de conflitos. Dentro destes, com especial relevo para a arbitragem no Direito português.

Conteúdos programáticos

PARTE I OS MEIOS DE RESOLUÇÃO ALTERNATIVA DE LITÍGIOS

1. Introdução
2. Noção
3. Negociação
4. Mediação
5. Conciliação

PARTE II ARBITRAGEM

Capítulo I Enquadramento geral

6. Noção geral da arbitragem
7. Fontes
8. Vantagens e desvantagens da arbitragem
9. A arbitragem voluntária e a arbitragem necessária
10. A arbitragem institucionalizada e a arbitragem *ad hoc*
11. Natureza jurídica da arbitragem. Teorias
12. Distinção da arbitragem de outros meios alternativos de resolução de litígios

Capítulo II Teoria geral da convenção de arbitragem

13. Noção e base legal
14. Modalidades
15. Delimitação de outras figuras
16. Partes
17. Formação
 - 17.1. *A declaração negocial*
 - 17.2. *A forma da declaração*
18. As cláusulas contratuais gerais
19. Conteúdo
 - 19.1. *Considerações gerais. Critérios*
 - 19.2. *Limites legais*
 - 19.3. *Elementos eventuais*
 - 19.4. *Situações específicas*
 - a) *A arbitrabilidade de situações não litigiosas*
 - b) *A arbitrabilidade dos litígios societários*
 - c) *Segue. A convenção arbitral estatutária*
 - d) *A arbitrabilidade da impugnação da decisão arbitral*
- 19.8. *A redação da convenção arbitral*
- 19.9. *Cláusulas de resolução de litígios escalonadas*
20. Autonomia da cláusula compromissória
21. Efeitos
 - 21.1. *Em relação às partes*

- 21.2. *Em relação a terceiros. Extensão da obrigação a terceiros*
22. Da desvinculação da convenção arbitral por insuficiência económica/insolvência de uma das partes
23. Transmissão
24. Natureza jurídica

Capítulo III

Os árbitros e o tribunal arbitral

25. Constituição do tribunal arbitral. Considerações gerais
26. Características dos árbitros
27. Natureza jurídica da designação dos árbitros
28. Deveres e direitos dos árbitros
29. Composição do tribunal
30. Processo de designação dos árbitros
31. Aceitação ou recusa do encargo
32. Recusa de árbitro
33. Incapacitação, inação e renúncia do árbitro.
34. Nomeação de árbitro substituto
35. Responsabilidade dos árbitros

Capítulo IV

A competência do tribunal arbitral

36. A convenção de arbitragem e a competência dos tribunais arbitrais
37. A regra da *Kompetenz-Kompeten*
38. A competência dos tribunais estaduais

Capítulo V

Partes e terceiros

39. Noção de partes e de terceiros no processo arbitral
40. A intervenção de terceiros em processo arbitral
41. Vantagens e desvantagens da intervenção de terceiros
42. Os terceiros no processo arbitral

Capítulo VI

Providências cautelares e ordens preliminares

43. As providências cautelares na arbitragem voluntária
44. Ordens preliminares.
45. A ordens de abstenção judicial

Capítulo VII O processo arbitral

- 46. Considerações gerais
- 47. Princípios e regras do processo arbitral
- 48. O processo arbitral
- 49. A prova no processo arbitral
- 50. A transação. Remissão

Capítulo VIII A Decisão Arbitral

- 51. Enquadramento geral
 - 51.1. *Espécies*
 - 51.2. *Natureza jurídica da decisão*
 - 51.3. *Decisão tomada por tribunal arbitral coletivo*
 - 51.4. *Prazo para proferir a decisão*
 - 51.5. *Forma e conteúdo da decisão*
 - 51.6. *Critérios de decisão*
 - 51.7. *Encerramento do processo*
 - 51.8. *Retificação e esclarecimento da decisão*
 - 51.9. *Efeitos da sentença*
 - 51.10. *Publicidade da decisão arbitral*
- 52. Impugnação
 - 52.1. *Da arbitrabilidade da impugnação da sentença arbitral*
 - 52.3. *Recorribilidade da decisão*
 - 52.4. *Anulação da decisão arbitral*
- 53. Execução
 - 53.1. *A decisão arbitral como título executivo*
 - 53.2. *Tribunal competente*
 - 53.3. *Instrução do processo*
 - 53.4. *Execução da decisão arbitral impugnado*
 - 53.5. *Liquidação de sentença arbitral genérica*
 - 53.6. *Fundamentos de oposição à execução*

Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular

Os conteúdos programáticos percorrem os vários campos problemáticos dos meios de resolução alternativa de litígios em análise. Em particular, os pontos mais relevantes, do ponto de vista contratual, da realização do Direito consubstanciado pela arbitragem.

Metodologias de ensino (avaliação incluída)

É feita uma prelação inicial introdutória pelo docente, acompanhada de *power point*, seguida de exposições pelo docente, em *power point*, acompanhando o programa, com possibilidade de debate e intervenção dos alunos.

As aulas terão momentos expositivos e momentos práticos – predominantemente de resolução e de casos debatidos em Tribunal.

Avaliação (para além do exame escrito obrigatório, ponderando 50% da nota):

a) Presença mínima em metade das aulas ministradas;
b) Apresentação de trabalho escrito de aprofundamento de um tema sobre a matéria do programa.

- O trabalho escrito deve ser entregue, o mais tardar, na última aula do curso, em papel e também por mensagem eletrónica, em formato *word*;

- O trabalho escrito do aluno deve ter, quanto do texto, entre 9.500 e 12.000 palavras;

- O trabalho escrito deverá ser apresentado em folha A4, numerada, espaço margem inferior e superior de 2,5 cm e margem laterais de 3 cm. Quanto ao texto, deve ser no tipo de letra *cambría*, tamanho 12, e espaçamento entre linhas de 1,5.

- Os alunos inscritos deverão entregar, até à última aula de outubro, o tema escolhido, índice com a respetiva exposição e nota bibliográfica;

- Mediante solicitação prévia e autorização do docente, pode ser apresentado trabalho escrito fora do programa, desde que relacionado com Direito da Arbitragem e da Mediação e relativo ao Direito português.;

Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular

A metodologia seguida permite identificar os principais problemas jurídicos envolvidos e tratar dos temas abrangidos pelo programa, desenvolvendo as capacidades críticas e de investigação dos alunos.

A exposição teórico-prática dos temas é um estímulo à assimilação progressiva dos conteúdos e ao exercício da capacidade (jurídica) de aplicação de normas gerais e abstratas a situações concretas. A exposição de casos práticos, com a possibilidade de intervenções, assegura o desenvolvimento e aprofundamento crítico de matérias específicas.

A apresentação de trabalho escrito, permite o aprofundamento de um aspeto da matéria.

A realização de um exame final escrito permite consolidar a matéria e apreciar a sua apreensão, na globalidade, pelo aluno.

Bibliografia (principal)

ARBITRAGEM (GERAL)

- AAVV – *Lei da Arbitragem Voluntária Anotada*, 6.^a edição, coord. Dário Moura Vicente, APA, Almedina, 2022;
- AAVV – *Lei da Arbitragem Voluntária*, coord. Mário Esteves de Oliveira, Almedina, Coimbra, 2015;
- BARROCAS, MANUEL PEREIRA – *Manual de arbitragem*, 2.^a edição, Almedina, Coimbra, 2013;
- CORDEIRO, António Menezes – *Tratado da Arbitragem*, Almedina, Coimbra, 2015;
- MARTINEZ, Pedro Romano – "Soluções alternativas de resolução de conflitos, em especial a arbitragem", *Estudos em Memória do Prof Doutor L. Saldanha Sanches*, Coimbra Editora, 2011, pp. 859-897;
- MONTEIRO, António Pinto/SILVA, Artur Flamínio da/MIRANTE, Daniela – *Manual de Arbitragem*, Almedina, Coimbra, 2019 (reimpressão em 2023);
- OLIVEIRA, Elsa Dias – *Arbitragem voluntária: uma introdução*, Almedina, Coimbra, 2020 (reimpressão em 2021).

MEDIAÇÃO (GERAL)

- LOPES, Dulce/PATRÃO, Afonso – *Lei da Mediação Comentada*, 2.^a ed., Almedina, Coimbra, 2016 (reimpressão em 2021).
- LOPES, DULCE/PATRÃO, Afonso – “A lei da mediação e um caso concreto: a realidade e as regras”, *CENOR. Cadernos do Centro de Estudos Notariais e Registrais*, n.º 3, 2014, pp. 235-289.
- VEZZULLA, Juan Carlos – *Mediação: teórica e prática, guia para utilizadores profissionais*, 2.^a ed., AgoraComunicação, 2005.

OBRAS GERAIS

- GOUVEIA, Mariana França – *Curso de resolução alternativa de litígios*, 3.^a ed., Almedina, Coimbra, 2018 (reimpressão 2023);

TRANSAÇÃO (GERAL)

- FONSECA, Tiago Soares da – *A transação na litigância extrajudicial e judicial*, Gestlegal, Coimbra, 2018.

Obs.: Serão indicadas leituras adicionais nas aulas, assim como jurisprudência.

Legislação (principal)

- Lei da Arbitragem Voluntária
- Lei da Mediação
- Código de Processo Civil
- Código Civil

FONSECA, Tiago Soares da – *Resolução alternativa de litígio de consumo, Legislação, regulamentos dos centros de arbitragem*, AAFDL Editora, Lisboa, 2022.

Sítios da Internet

<http://curia.europa.eu> - Tribunal de Justiça da União Europeia
<http://globalarbitrationreview.com/> - Global Arbitration Review
<http://investmentpolicyhub.unctad.org> - UNCTAD (United Nations Conference on Trade and Development)
<http://kluwerarbitrationblog.com/> blog kluwerarbitration
<http://kluwerarbitration.com/> - Kluwer Arbitration
<http://www.arbitration-ch.org/en/home/index.html> - Swiss Arbitration Association
<http://www.arbitrage.org> - Chambre Arbitrale Internationale de Paris
<http://www.arbitragem.pt> - Associação Portuguesa de Arbitragem
<http://www.arbitration-icca.org/> - International Council for Commercial Arbitration
<http://www.centrodearbitragem.pt> - Centro de Arbitragem Comercial da Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa (CAC)
<https://www.cimpas.pt/pt> - Centro de Informação, Mediação, Provedoria e Arbitragem de Seguros (CIMPAS)
<http://www.dgpi-mi-pt/sections/gral> - Gabinete de Resolução Alternativa de Litígios
<http://www.dgsi.pt> - Bases Jurídico-Documentais: IGFEJ (Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça)
<http://www.disarb.org/> - Deutsche Institution für Schiedsgerichtsbarkeit
<http://www.gafta.com/arbitration> - Gafta 's Arbitration Services
<http://www.icc-france.fr> - ICC France
<http://www.iccwbo.org> - International Chamber of Commerce
<http://www.lcia.org> - London Court of International Arbitration
<http://www.newyorkconvention.org/> - Convenção de Nova Iorque
<http://www.sccinstitute.com> - Arbitration Institute of the Stockholm Chamber of Commerce
<http://www.siac.org.sg/> - Singapore International Arbitration Centre
<http://www.uncitral.org> - UNCITRAL
<http://www.yar.com.pt/> - Young Arbitration Review
<https://www.arbitrare.pt> - Centro Arbitrare
<https://documents-dds-ny.un.org/> - Official Documents System of the United Nations
<https://iccwbo.org/> - International Chamber of Commerce
<https://pca-cpa.org/> - Cour Permanent d'Arbitrage/ Permanent Court of Arbitration
<https://portal.oa.pt/comunicacao/publicacoes/revista> - ROA
<https://treaties.un.org> - United Nations Treaty Collection
<https://www.adr.org> - American Arbitration Association
<https://www.ibanet.org> - International Bar Association